

Termo de Referência 6/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
6/2025	158367-INST.FED.DO R.G.DO NORTE/CAMPUS IPANGUAÇU	LEIDIANA ARCANJO DA SILVA	27/05/2025 11:35 (v 3.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		23037.001985.2024-54

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de insumos e materiais agropecuários para Diretoria de Gestão a Unidade Agrícola Escola - DIGUAE - IFRN, campus Ipanguaçu, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	QUANT. MÍN.	QUANT. MÁX.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	476755	Bandeja Cultivo Mudas Material: Plástico, Comprimento: 53 CM, Largura: 27 CM, Altura: 5 CM, Quantidade Cavidades: 128 UN, Características Adicionais: Cor Preta reutilizado	25	50	Unidade	R\$ 15,45	R\$ 772,50
2	466169	Caibro Material: Madeira, Tipo Madeira: Maçaranduba, Largura: 5 CM, Espessura: 6 CM, Comprimento: 6 M, Características Adicionais: Extra Bruto	50	100	Unidade	R\$ 78,10	R\$ 7.810,00
3	398229	Fertilizante Natural Composição Química: P205 12 A 14% De Fósforo, Tipo: Fosfato De Rocha, Apresentação: Pó.	500	1500	Kg	R\$ 10,45	R\$ 15.675,00
4	441748	Caixa D'Água Material: Polietileno, Tipo: Redondo,	5	15	Unidade	R\$ 974,35	R\$ 14.615,25

		Capacidade: 1.500 L, Características Adicionais: Com Tampa					
5	377442	Peneira Material: Arame Galvanizado, Material Borda: Madeira, Diâmetro: 70 CM, Aplicação: Grãos Café, Abertura Malhas: 5,64 MM, Características Adicionais: Fio 22 Bwg	5	15	Unidade	R\$ 49,27	R\$ 739,05
6	374187	Peneira Material: Arame Galvanizado, Material Borda: Madeira, Diâmetro: 70 CM, Aplicação: Grãos De Arroz, Abertura Malhas: 2,18 MM, Características Adicionais: Fio 28 Bwg	5	15	Unidade	R\$ 32,00	R\$ 480,00
7	485544	Podador Sistema Corte: Corrente, Tipo Motor: À Combustão, Potência Motor: 1,3 Cv, Cilindrada Motor: 25 Cc, Tipo Combustível: Gasolina, Aplicação: Corte De Galhos, Características Adicionais: Haste Extensível Para 5 Metros	2	4	Unidade	R\$ 1.873,65	R\$ 7.494,60
8	325727	Adubo Animal Material: Esterco De Gado, Aplicação: Jardinagem, Prazo Validade: Indeterminado, Características Adicionais: Curtido	150	450	Metro Cúbico	R\$ 93,88	R\$ 42.246,00
9	269702	Adubo Vegetal Composição Básica: Materiais Orgânicos E Resto De Plantas, Aplicação: Produção De Essências Florestais E Ornamentais, Cor: Marrom	150	450	Metro Cúbico	R\$ 128,00	R\$ 57.600,00
10	607702	Lona Plástica Espessura: 200 MICRA, Largura: 8 M, Comprimento: 50 M, Cor: Preta E Branca, Aplicação: Cobertura E Proteção, Material: Polietileno, Características Adicionais: Dupla Face	5	15	Rolo com 100M	R\$ 1.379,45	R\$ 20.691,75
11	349315	Sulfato De Cobre li Composição Química: Cuso4. 5h2o, Grau De Pureza: Teor	4	12	Kg	R\$ 800,00	R\$ 9.600,00

		De 17%, Característica Adicional: Em Solução Aquosa - Saco com 25 kg					
12	424086	Calda Uso Agrícola Composição: Cal Virgem + Enxofre (Calda Sulfocálcica), Forma Física: Pronta P/ Uso	50	150	Kg	R\$ 62,67	R\$ 9.400,50
13	424087	Calda Uso Agrícola Composição: Cal Virgem + Sulfato De Cobre (Calda Bordalesa), Forma Física: Pronta P/ Uso	50	150	Kg	R\$ 88,59	R\$ 13.288,50
14	621113	Tela Metálica Material: Arame Galvanizado, Tipo Tela: Alambrado, Tipo Abertura Malha: Losangular, Tamanho Abertura Malha: 3 POL, Altura: 2 M, Aplicação: Cercas Para Delimitar Espaços, Características Adicionais: Bitola Fio 12bw	5	20	Rolo de 50M	R\$ 1.789,62	R\$ 35.792,40
15	375349	Adaptador Mangueira Material: Pvc, Bitola: 3/4 POL, Aplicação: Sistema Irrigação, Características Adicionais: Roscago E Corrugado	50	100	Unidade	R\$ 7,50	R\$ 750,00
16	481613	Tela Material: Polietileno Alta Densidade, Largura: 3 M, Cor: Preta, Aplicação: Sombreamento, Características Adicionais: 50% De Sombreamento, Comprimento: 50	10	30	Rolo de 50M	R\$ 468,00	R\$ 14.040,00
17	481612	Tela Material: Polietileno Alta Densidade, Largura: 3 M, Cor: Preta, Aplicação: Sombreamento, Características Adicionais: 70% De Sombreamento, Comprimento: 50	10	30	Rolo de 50M	R\$ 525,00	R\$ 15.750,00
18	477908	Tela Material: Polietileno Alta Densidade, Largura: 4 M, Cor: Preta, Aplicação: Sombreamento Em Estufa Agrícola, Características Adicionais: 80% De Sombreamento, Comprimento: 50	10	30	Rolo de 50M	R\$ 575,00	R\$ 17.250,00

19	601267	Conjunto Ferramentas Componentes: 3 Peças: Tesourão Para Jardinagem, Tesourão Para C, Aplicação: Jardinagem, Características Adicionais: Madeira E Aço	5	15	Unidade	R\$ 32,33	R\$ 484,95
20	484787	Conjunto Ferramentas Componentes: 1 Escardilho, 1 Pazinha Larga, 1 Garfo Com Dentes, Aplicação: Jardinagem, Características Adicionais: Conjunto Com 7 Peças E Bolsa Em Lona	5	15	Unidade	R\$ 34,40	R\$ 516,00
21	276461	Placa Pvc Formato: Retangular, Comprimento:57 CM, Largura:48 CM, Espessura:2 M	50	100	Unidade	R\$ 40,00	R\$ 4.000,00
22	613887	Tesoura Poda Material Lâmina: Aço Carbono, Material Cabo: Alumínio Telescópico, Características Adicionais: Com Regulagem De Mínimo De 2,50 A 7,00 Metros, Co	2	6	Unidade	R\$ 109,52	R\$ 657,12
23	483878	Tesoura Poda Material Lâmina: Aço Inoxidável, Material Cabo: Plástico, Características Adicionais: Com Mola, Comprimento: Cerca 20 CM, Comprimento Lâmina: Cerca 6,5 C	20	60	Unidade	R\$ 36,96	R\$ 2.217,60
24	317622	Tesoura Poda Material Lâmina: Aço Inoxidável, Material Cabo: Madeira, Revestimento Cabo: Borracha Antiderrapante, Características Adicionais: Lâminas Onduladas, Comprimento: 30 CM, Comprimento Cabo: 25 C	5	15	Unidade	R\$ 37,78	R\$ 566,70
25	605730	Jogo Chave Material: Aço Cromo Vanádio , Tipo: Soquete 1/2" Estriado , Quantidade Peças: 22 , Aplicação: Consertos Em Geral , Componentes: 3/8, 7/16, 1/2, 9 /16, 5/8, 11 /16, 3/4, 13/16, 7/8, , Acessórios: Maleta, Cabo T, Extensão 5pol, 10 Pol, Catraca	1	3	Jogo	R\$ 249,00	R\$ 747,00

26	602204	Jogo Chave Material: Aço Cromo Vanádio, Tipo: Allen, Aplicação: Serviços Gerais - Oficina, Componentes: 1.5 A 24 Mm., Acabamento Superficial: Cromado	1	3	Jogo	R\$ 36,06	R\$ 108,18
27	234435	Ferro Coluna Pronta 10 x 10cm - 10,0mm	20	60	Unidade	R\$ 116,39	R\$ 6.938,40
28	45450	Cimento Portland Material: Clinker, Tipo: Cp li - F 32	20	100	Saco 50 Kg	R\$ 37,00	R\$ 3.700,00
29	216957	Brita Material: Rocha Triturada, Tamanho: Brita 1	10	30	Metro Cúbico	R\$ 158,50	R\$ 4.755,00
30	396291	Bandeja Cultivo Mudas Material: Polipropileno, Comprimento: 66 CM, Largura: 36 CM, Altura: 4 CM, Quantidade Cavidades: 200 UN, Características Adicionais: Cor Preta	30	120	Unidade	R\$ 4,35	R\$ 522,00
31	369403	Caixa D'Água Material: Polietileno, Tipo: Formato Cilíndrico, Capacidade: 500 L, Características Adicionais: Com Tampa	5	15	Unidade	R\$ 247,79	R\$ 3.716,85
32	616700	Bombona Material: Poliéster, Capacidade: 200 L, Aplicação: Transporte E Armazenagem De Combustível, Características Adicionais: Flexível, Alças Laterais, Cilíndrico	5	20	Tambor 200 L	R\$ 432,99	R\$ 8.659,80
33	453449	Bombona Material: Polietileno, Capacidade: 30 L, Aplicação: Laboratório , Cor: Azul	5	20	Tambor 30 L	R\$ 130,00	R\$ 2.600,00
34	616701	Bombona Material: Poliéster, Capacidade: 100 L, Aplicação: Transporte E Armazenagem De Combustível, Características Adicionais: Flexível, Alças Laterais, Cilíndrico	5	20	Tambor 100 L	R\$ 294,65	R\$ 5.893,00
35	213884	Ancinho Jardinagem Material: Chapa Ferro, Quantidade Dentes: 16 UN, Altura Dentes:	5	20	Unidade	R\$ 27,50	R\$ 550,00

		430 MM, Largura Total: 38 MM, Espessura Dentes: 3,50 M					
36	476755	Bandeja Cultivo Mudanças Material: Plástico, Comprimento: 53 CM, Largura: 27 CM, Altura: 5 CM, Quantidade Cavidades: 128 UN, Características Adicionais: Cor Preta	20	60	Unidade	R\$ 28,00	R\$ 1.680,00
37	476754	Bandeja Cultivo Mudanças Material: Plástico, Comprimento: 53 CM, Largura: 27 CM, Altura: 4,2 CM, Quantidade Cavidades: 200 UN, Características Adicionais: Cor Preta	20	60	Unidade	R\$ 30,22	R\$ 1.813,20
38	453335	Fita Gotejadora Material: Polietileno, Diâmetro Furo: 16 MM, Espessura: 0,20 MM, Tipo: Flexível, Espaçamento Furos: 20 CM, Vazão: 1,6 L/M/ - Rolo de 1000 M	10	30	Unidade	R\$ 325,95	R\$ 9.778,50
39	467077	Trena Material: Aço, Largura Lâmina: 30 MM, Comprimento: 50 M, Espessura: 1 M	2	6	Unidade	R\$ 85,64	R\$ 513,84
40	610343	Colméia Tipo: Langstroth, Componentes: 01 Ninho E 02 Melgueiras, Padrão Construtivo Da Melgueira: Composta Por Caixa E 10 Quadros Aramados Com Arame , Padrão Construtivo Do Ninho: Composto Por Caixa, Tampa, Fundo, Redutor De Al , Características Adicionais: Tipo Mole Confeccionados Em Madeira Seca Em Estu , Aplicação: Apicultura.	15	60	Unidade	R\$ 389,90	R\$ 23.394,00
41	610309	Mesa Desoperculadora - Apícola Material: Aço Inox Aisi 304, Capacidade: 32 Quadros, Padrão Langstroth , Características Adicionais: Quadro Removível De Tela De Malha 14, Fundo, Componentes: Pés, Peneira Interna (Chapa Perfurada) Com Filtro,	1	2	Unidade	R\$ 2.260,81	R\$ 4.521,62

42	466306	Equipamento / Acessório - Apicultura Tipo: Garfo Desoperculador, Material: Aço Inóx Aisi 304, Aplicação: Atividades Apícolas	1	2	Unidade	R\$ 54,16	R\$ 108,32
43	611029	Bandeja De Aço Material: Aço Inox Aisi 304, Comprimento: 52 CM, Largura: 43 CM, Aplicação: Transporte /Recebimento De Favos De Mel, Altura: 2,00 C	4	12	Unidade	R\$ 140,00	R\$ 1.680,00
44	215590	Cera Abelha Tipo: Cera Alveolada, Cor: Natural, Aplicação: Apicultura	50	100	Kg	R\$ 73,00	R\$ 7.300,00
45	618210	Bebedouro automático para ovinos capacidade em peso: 7 kg, capacidade em volume: 7 L, comedouro e bebedouro em um só produto. Fabricado em plástico.	6	12	Unidade	R\$ 48,50	R\$ 582,00
46	445371	Bico Dosador para administrar remédios via oral. Fabricado em latão cromado, com 13cm de comprimento. Modelo curvo. Adaptável às seringas cód. 1, 3, 6, 1506, 1788, 7214 e 2515.	2	4	Unidade	R\$ 48,90	R\$ 195,60
47	470193	Tela de Arame Galvanizado revestida de 1,20 metro de altura; Acabamento Superior e Inferior; Modelo:- Classic telas Cor: Verde Tipo: Arame galvanizado revestido em PVC; Peso: 30,11 kg; Altura: 1,20 m Comprimento do Rolo: 25,0m Malha: 5 x10 cm Diâmetro interno (aramé): 2,1 mm Diâmetro após revestimento (aramé + zinco + PVC): 2,4 mm Galvanização: A fogo Zincagem: Alta Embalagem: Saco Plástico Produto Importado - Marca Nacional Garantia - DE 3 ANOS	6	12	Rolo com 25 metros	R\$ 880,79	R\$ 10.569,48
		Medicamento homeopata FATOR VERMES POLPA contém os seguintes princípios dinamizados: Bunostomum sp, Damalinia caprae, Dermatobia hominis, Eimeira sp, Fasciola hepatica,					

48	609000	Haemonchus sp, Linognathus stenopsis, Musca domestica, Nematodirus sp, Oesophagostomum sp, Oestrus ovis, Strongyloides sp, Tricoststrongylus sp, Trichuris sp. Embalagem com 2 kg	5	15	Pacote 2 kg	R\$ 75,90	R\$ 1.138,50
49	609000	Medicamento homeopata FATOR VERMES & MALLO: Mallophaga (Cuclostogaster heterographus, Goniocotes gallinae, Goniodes sp CH12, Menacanthus sp, Menopon gallinae ), Bixa orellana 0,75 g e Sacarose q.s. p. 100 g	5	15	Pacote 2 kg	R\$ 76,90	R\$ 1.153,50
50	605896	Suplemento vitamínico em pó para bovinos, equinos, ovinos, suínos, aves e coelhos com ação antioxidante, contém vitaminas A, D e E; Composição básica do produto: Vitamina A, Vitamina D3, Vitamina E e Baunilha. Níveis de garantia:  Vitamina A (mín) ..... 6.000.000 U.I. / KG; Vitamina D3 (mín)..... 2.000.000 U. I. / KG; Vitamina E (mín).....5.000 U.I. /KG	5	15	Pacote 1 kg	R\$ 22,90	R\$ 343,50
51	605897	O modificador orgânico pó. Composição qualitativa: Vitaminas B1, B2, B6, B12, A, D3, E; Cl. Colina; Ácido Nicotínico; Ácido Pantoténico; Dl. Metionina; L. Lisina; Treonina; Triptofano; Calcário Calcítico; Sulfato de Ferro; Sulfato de Cobre; Sulfato de Cobalto; Selenito de Sódio; Óxido de Zinco; Iodato de Cálcio; Enxofre Ventilado; Picolinato de Cromo; Óxido de Magnésio; Monóxido de Manganês; Levedura Inativa; Prébiotico e Probiótico.	6	12	Pacote 1 kg	R\$ 39,44	R\$ 473,28
52	246874	Tinta marcadora de animais em bastão - 57 gramas - cores, Azul; Vermelho e Verde	5	15	Unidade	R\$ 18,80	R\$ 281,93
		Semente de capim Aruana. Características e garantias:					

53	327454	peletizada pureza: 60% e germinação: 80%	5	10	Saco 20 kg	R\$ 412,00	R\$ 4.120,00
54	617997	Milho Tipo: Grão, Tipo 1, Aplicação: Alimento Para Animais, Características Adicionais: Umidade Máxima De 13,00% E Sem Presença De Insetos. Saca de 50kg	100	300	Saco 50kg	R\$ 84,00	R\$ 25.200,00
55	293585	Farelo de Soja, Aplicação: Alimento Animal, Características Adicionais: Moído E Ensacado, Composição: Mínimo 44% De Proteína Bruta, Umidade: Máximo 12,5 PE	50	200	Saco 50kg	R\$ 145,00	R\$ 29.000,00
56	605898	Núcleo Mineral para Ovinos pronto para uso. Níveis de garantia: Cálcio (mín.) 110,00 g /kg; Cálcio (máx.) 135,00 g/kg; Fósforo 87,0 g/kg; Enxofre 18,00 g/kg; Sódio 147 g/kg; Cobalto 15,00 mg/kg; Cobre 590,00 mg/kg; Cromo 20,00 mg /kg; Iodo 50,00 mg/kg; Manganês 2.000,00 mg/kg; Molibdênio 300,00 mg/kg; Selênio 20,00 mg/kg; Zinco 3.800,00 mg/kg; Flúor (máx.) 870,00 mg/kg. Apresentação sago de 25kg	5	10	Saco 25kg	R\$ 155,18	R\$ 1.551,80
57	476196	Dobradiça para porteira, Dimensões: Espessura da chapa: 1/8 " = 3,18mm; Ferradura: 1 polegada x 1/8; Rabicho: 1.1/4x 1/8; Comprimento: 210mm; Largura: 83mm	10	30	Unidade	R\$ 15,86	R\$ 475,80
58	612240	Lona para Tenda Piramidal 6x6: Com 500 micras de gramatura e 0,49 mm de espessura, esta lona ultrapassa padrões, resistindo ao teste do tempo enquanto oferece uma opacidade de nível 60 para criar uma atmosfera adaptável. Sua natureza antichama assegura segurança, enquanto a proteção contra raios UV e IV. Cor Branca	3	6	Unidade	R\$ 1.499,00	R\$ 8.994,00

59	472573	Fio cordão plástico enrolar cadeira espaguete liso. Material: Cloreto de polivinilo (PVC); Diâmetro externo 6 Milímetros. Cor Verde; Vermelha; azul de acordo com o pedido	5	10	Quilograma	R\$ 27,70	R\$ 277,00
<b>TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO</b>							<b>R\$ 465.819,02</b>

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133, de 2021.

1.2.1. A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão SRP, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento de menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.2.2. A justificativa para a utilização de SRP, foi explicitada no ETP, conforme levantamento de mercado. Assim, justifica-se também por se tratar de uma previsão de aquisição futura planejada inicialmente para atender aos campi Ipanguaçu e Apodi, como também a depender de orçamentos futuros.

1.2.4. Foi divulgada a intenção de registro de preços, contudo, foi permitida apenas a participação da unidade agrícola do IFRN, Campus Apodi, considerando que se trata da aquisição de insumos agrícolas e pecuários comuns a esse campus. A participação de outras unidades não se mostra viável devido ao curto prazo para a realização e conclusão do certame, bem como à ausência de uma estrutura administrativa adequada para o gerenciamento das atas de registro de preços, além das limitações operacionais do setor decompras do campus.

1.2.5. Será permitido a adesão a Ata de registro de Preços, uma vez que a adesão oportuniza a aquisição de bens com preços já negociados, promovendo economia e agilidade nas compras públicas. Esse procedimento permite atender a demandas urgentes, assegura a conformidade com a legislação vigente e oferece segurança jurídica, além de possibilitar a consolidação de compras e diversificação de fornecedores, refletindo uma gestão mais eficiente dos recursos públicos.

1.3. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da **data de assinatura do contrato ou da data de aceite da nota de empenho**, se for o caso, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.[A1]

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2025**, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 0877412000168-0-000016/2025;

II) Data de publicação no PNCP: 08/05/2024;

III) Id do item no PCA: 46 e 49;

IV) Classe/Grupo: 3710 - EQUIPAMENTO PARA PREPARAÇÃO DO SOLO e 8710 - FORRAGENS E ALIMENTOS;

V) Identificador da Futura Contratação: 158367-20/2025 e 158367-21/2025;

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.[A1]

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Sustentabilidade[A2]**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Considerando o disposto no art. 5º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, a adoção de critérios de sustentabilidade foi analisada e ponderada para esta aquisição. No entanto, verificou-se que a exigência de determinados requisitos ambientais poderia restringir a competitividade, dada a disponibilidade reduzida de fornecedores no mercado de bens agrícolas. Dessa forma, foram adotadas especificações sustentáveis na medida do possível, sem comprometer a ampla concorrência e a economicidade da contratação.

4.1.2. Ademais não há recomendações no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis para os insumos e materiais agrícolas especificados na pretendida contratação, contudo, destaca-se a necessidade de minimizar impactos ambientais e promover o desenvolvimento sustentável. Assim, a CONTRATADA deve fornecer produtos que atendam a esses critérios, especialmente materiais de irrigação que beneficiem as plantas e sejam ecologicamente viáveis.

#### **Subcontratação**

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.[A6]

#### **Garantia da contratação[A8]**

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.3.1. Para os itens especificados na Tabela I, será exigida garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, vícios ocultos ou falhas de desempenho, conforme o

artigo 121, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021. A exigência justifica-se pela necessidade de assegurar a qualidade dos materiais e equipamentos fornecidos, garantindo sua durabilidade e funcionalidade durante o uso previsto.

**Tabela I - Itens que exigem garantia**

Itens	Descrição	Motivo
<b>Equipamentos e Ferramentas com Risco de Defeito</b>		
	Podador a Combustão	Equipamento motorizado que pode apresentar defeitos mecânicos.
	Tesouras de Poda e Conjunto de Ferramentas	Itens de corte e impacto que precisam de durabilidade.
	Jogo de Chaves (Soquete e Allen)	Pode sofrer desgaste prematuro se o material for de baixa qualidade.
<b>Reservatórios e Recipientes de Armazenamento</b>		
	Caixas d'água (500L e 1.500 L)	Pode haver risco de vazamento ou defeitos estruturais.
	Bombonas (30L, 100L, 200L)	Se utilizadas para armazenar produtos químicos ou combustíveis, precisam garantir vedação e resistência ao material armazenado.
<b>Produtos Agrícolas com Garantia de Eficácia</b>		
	Fertilizante Natural (Fosfato de Rocha)	Deve garantir teor mínimo de fósforo conforme especificação.
	Sulfato de Cobre II e Caldas Agrícolas (Sulfocálcica e Bordalesa)	Necessário assegurar pureza e concentração química.
<b>Estruturas e Materiais de Proteção</b>		
	Tela Metálica (Alambrado)	Deve garantir resistência mecânica contra deformação e oxidação.
	Tela de Sombreamento (50%, 70%, 80%)	Garantia contra rasgos prematuros ou degradação acelerada por UV.

**4.3.2. Para os itens listados na tabela I, se houver defeitos sistemáticos de fabricação no período de 90 dias após o recebimento definitivo, a CONTRATADA deve substituir o equipamento sem custos adicionais.**

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados da data de solicitação do material, considerando a entrega efetivada a partir da verificação do objeto em perfeitas condições de uso, mediante inspeção visual e teste de funcionamento, quando for o caso.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: RN 118, S/N, Povoado Base Física, Zona Rural, Ipanguaçu/RN - CEP: 59508-000. Telefone: (84) 4005-4104, nos dias úteis, das 8h às 12h e das 13h às 16h, na Coordenação de Materiais e Patrimônio (COMPAT) do IFRN - Campus Ipanguaçu.

#### **Garantia, manutenção e assistência técnica[A4]**

5.4. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 90 (noventa) dias, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.5. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante. [A6]

5.6. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.7. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.8. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.9. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.10. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.11. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.12. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.13. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.14. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.15. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.[A7]

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.[A1]

### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

## **Fiscalização Administrativa**

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

## **Gestor do Contrato**

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:[A1]

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,3% (três décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **10 (dez)** dias

7.2.4.3. . Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **2% (dois por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **1% (um por cento) a 5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **2% (dois por cento) a 8% (oito por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **1% (um por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação [, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:]

7.2.4.7.1. Consideram-se infrações de inexecução parcial sujeitas à penalidade diversa:

- a) **Entrega parcial dos bens ou serviços**, sem justificativa aceita pela Administração, que comprometa o cronograma de execução do contrato;
- b) **Fornecimento de produtos em desacordo com as especificações técnicas** estabelecidas no Termo de Referência, desde que ainda possam ser utilizados, mediante readequação ou complementação por parte do contratado;
- c) **Descumprimento parcial das obrigações acessórias**, como falta de treinamento obrigatório, ausência de documentos exigidos para recebimento definitivo ou não fornecimento de suporte técnico dentro do prazo estabelecido;
- d) **Atraso na substituição de bens defeituosos ou inadequados** em prazo superior a 15 (quinze) dias úteis após a notificação formal pela Administração;

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **XX (xxxxx)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4.os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária[A1] , no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.1.1. A entrega do material deverá ocorrer conforme solicitação demanda do setor, observando-se as condições de recebimento provisório e definitivo previstas na Lei nº 14.133 /2021.

8.1.2. A formalização do ajuste poderá ocorrer mediante a celebração de contrato, nota de empenho ou outro instrumento hábil, conforme o valor e a natureza da contratação, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.[A2]

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias úteis.[A3]

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

### **Liquidação**

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.[A4]

### **Forma de pagamento**

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de Crédito[A11]**

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.[A12]

8.28.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.28.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.28.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.28.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.[A13]

8.29. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.[A14]

### **Reajuste**

8.40. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 07/02/2025 [A15].

8.41. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado[A16], os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade[A17].

8.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.43. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.44. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.45. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta[A1]**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **Forma de fornecimento**

9.3. O fornecimento do objeto será parcelado, sob demanda, conforme solicitação da administração

### **Critérios de aceitabilidade de preços**

9.4. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será[A2] :

9.4.1. Valores unitários: conforme tabela constante no **item 1.1** deste Termo de Referência.

### **Exigências de habilitação[A3]**

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.6. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A4] [A5]

9.7. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou

contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A6]

9.10. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.11. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A8]

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A9]

#### **Qualificação Econômico-Financeira[A10]**

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação /contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *5dos dois últimos exercícios sociais*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas[A11] :

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.26. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação *[patrimônio líquido mínimo]* de 10% (dez por cento) do *[valor total estimado da contratação]*. [A12]

9.27. *Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação*[A13] ;

9.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.31. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*[A14]

### Qualificação Técnica[A15] [A16]

*9.32. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*

*9.32.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:*

*9.32.1.1. Valor mínimo do contrato executado;*

*9.32.1.2. Quantidade mínima de bens fornecidos ou serviços prestados.; e*

*9.32.1.3. Abrangência geográfica da execução do contrato (local, nacional, internacional).*

*9.32.2. . Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.[A18]*

*9.32.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.[A19]*

*9.32.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.*

**9.33. Prova de atendimento aos requisitos legais previstos na legislação aplicável, conforme especificado no dispositivo correspondente[A20] .**

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 465.819,02 (quatrocentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e dezenove reais e dois centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.**

**10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato. [A5]**

**10.3. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:**

**10.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;**

10.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 26435/158367;

II) Fonte de recursos: 10000000000;

III) Programa de trabalho: 231796;

IV) Elemento de despesa: 339030; e

V) Plano interno: L20RLP60GEN.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Ipanguaçu/RN, 28 de abril de 2025.

\_\_\_\_\_ **Júlio Justino de Araújo** Membro da Comissão de Contratação Portaria nº 19/20

\_\_\_\_\_ **Leidiana Arcanjo da Silva** Membro da Comissão de Contratação Portaria nº 19/2

\_\_\_\_\_ **Marlon de Moraes Dantas** Membro da Comissão de Contratação Portaria nº 19/2

### **13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato**

*(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)*

**OU**

*(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)*

#### **1 . FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 10(dez) dias, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

#### **2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento

#### **3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período. [A4]

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.[A5]

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO[A8]**

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, **e da relação da rede de assistência técnica autorizada[A9]** ;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A10]

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;

4.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.[A11]

4.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho[A12] ;

4.1.23 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

## 5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. *A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

5.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.*

5.3. *Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:*

5.3.1. *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*

5.3.2. *poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.[A13]*

## 6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A17]

## 7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A18]

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 8. FORO

8.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em **Assu**, Seção Judiciária do **RIO GRANDE DO NORTE** para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

## 14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../2025, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

---

(Nome e Cargo do Representante Legal)

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**LEIDIANA ARCANJO DA SILVA**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 27/05/2025 às 11:35:49.*

**JULIO JUSTINO DE ARAUJO**

Membro da comissão de contratação

**MARLON DE MORAIS DANTAS**

Membro da comissão de contratação

**JOSE GERALDO BEZERRA GALVAO JUNIOR**

Autoridade competente